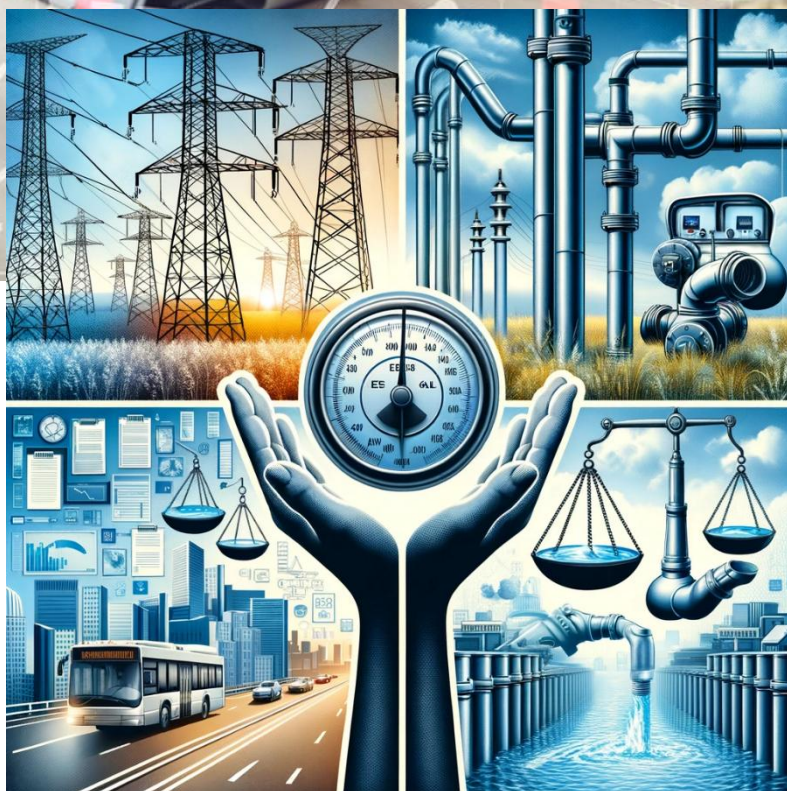


Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Regulação e Governança dos Serviços Públicos / Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas (ARSAL)



Sumário

Contextualização	3
Justificativa	4
Identificação do Curso	5
Objetivo do curso	6
Perfil do egresso	6
Requisitos para ingresso.....	7
Metodologias de Ensino e Aprendizagem	7
Previsão de Trabalhos Discentes	9
Aprovação nas Disciplinas	9
Avaliação Formativa e Somativa	9
Dos Afastamentos e Licenças	10
Certificado	10
Coordenação e colegiado do curso	11
Infraestrutura.....	
111	
Estrutura Curricular	14
Matriz Curricular.....	14
Trabalho de Conclusão de Curso	15
Ementário e Bibliografia das Disciplinas.....	16
Referências	29

Contextualização

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL), maior instituição pública de ensino superior do estado de Alagoas, criada em 1961 pela Lei nº 3.867, tem por missão produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de forma comprometida com a ética, a justiça social, o desenvolvimento humano e o bem comum, sempre com o objetivo de ser referência nacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, firmando-se como suporte de excelência para as demandas da sociedade.

Sediada à Avenida Lourival de Melo Mota, s/n, Campus A. C. Simões, no Município de Maceió, estado de Alagoas, e em mais dois campi no interior do Estado, de Arapiraca, com unidades em Viçosa, Penedo e Palmeira dos Índios, e do Sertão, com sede em Delmiro Gouveia, e unidade em Santana do Ipanema. Por ser um estado com elevados indicadores de desigualdade social, a UFAL representa, em todo o estado alagoano, um importante vetor de desenvolvimento, por meio das atividades desenvolvidas por seus servidores, seja no ensino, na pesquisa, ou na extensão.

Cerca de 26 mil alunos estão matriculados nos 84 cursos de graduação distribuídos em 23 unidades acadêmicas em Alagoas, além dos que estudam nos cursos de Educação à Distância. Na modalidade de pós-graduação, os programas oferecidos têm mais de 2.300 alunos, matriculados em programas *strictu sensu*, sendo 30 mestrados, nove doutorados, além de 13 especializações, *lato sensu*. A UFAL possui 1.394 docentes, dos quais 690 são doutores. A universidade conta com 258 grupos de pesquisas, 1.125 linhas de pesquisa e 3.646 pesquisadores entre professores, técnicos e alunos. Cerca de 600 convênios são mantidos com empresas e instituições públicas e privadas.

A Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC), unidade acadêmica proponente do presente curso, é constituída pelos cursos de graduação em Economia, Administração e Contabilidade, que juntos totalizam em torno de 2.200 alunos matriculados. Possui 66 professores efetivos, 5 substitutos e 2 voluntários, dos quais 51% são Doutores e 35% mestres. Na pós-graduação *strictu sensu*, oferece os cursos de Mestrado em Economia -PPGE e em Administração Pública-PROFIAP. A FEAC possui experiência na oferta de vários cursos de especialização, a exemplo de cursos de gestão em saúde, gestão pública, gestão pública municipal, dentre outros.

Novas iniciativas de especialização foram aprovadas recentemente pela Câmara Acadêmica da UFAL, visando o aprimoramento da gestão pública e a capacitação de profissionais em áreas estratégicas no Estado de Alagoas. O primeiro projeto, intitulado "Contabilidade, Governança e Compliance no Setor Público", visa capacitar profissionais governamentais, objetivando a melhoria da governança e a geração de valor público; o segundo, intitulado "Especialização em Gestão de Projetos", tem como meta desenvolver competências e habilidades em gestão de projetos entre os colaboradores da Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (FUNDEPES), buscando elevar a eficácia operacional e institucional. Por último, o projeto "Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Sistemas Penais", desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado da Ressocialização e Inclusão Social (SERIS), pretende formar especialistas no sistema penitenciário de Alagoas, como estratégia para fortalecer as políticas públicas de execução penal.

Nesse contexto, a FEAC possui competência para ofertar, à Aarsal, um curso em nível de pós-graduação *lato sensu*, na modalidade especialização. O curso de Especialização em Regulação e

Governança dos Serviços Públicos foi elaborado, nos termos da Resolução Nº 106/2022-CONSUNI/UFAL, visando promover o equilíbrio entre teoria e prática, no conteúdo das disciplinas, buscando valorizar situações reais vivenciadas pelos alunos no que tange à governança e de seu papel regulador dos serviços públicos, sempre que possível, alinhados a temas contemporâneos.

Quanto ao perfil do corpo docente, o curso é formado, majoritariamente, por professores, doutores e mestres, com experiência em docência e na área a ser lecionada, visando contribuir para a melhoria dos serviços prestados para a Aarsal em seus campos de trabalho. Desta forma, ao final do curso, o aluno estará capacitado a elaborar um estudo relacionado a algum problema de pesquisa que possa contribuir, efetivamente, com seu ambiente profissional.

O curso destina-se a servidores públicos e colaboradores da Aarsal, portadores de diploma de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), que possuam competências relacionadas ao papel regulatório e/ou de gestão, para os quais seja importante o conhecimento de gestão e regulação.

Justificativa

O curso de Especialização em Regulação e Governança dos Serviços Públicos foi elaborado conforme a resolução CNE/CES nº 01 de 06/04/2018 e a Resolução 106/2022-CONSUNI/UFAL, visando promover o equilíbrio entre teoria e prática, no conteúdo das disciplinas, buscando valorizar situações reais vivenciadas pelos alunos no que tange à governança e de seu papel regulador dos serviços públicos, sempre que possível, alinhados a temas contemporâneos. As agências reguladoras do Brasil foram criadas a partir da década de 1990, quando houve a Reforma Gerencial do aparelho do Estado e a privatização de empresas estatais. Com isso, o Estado deixou de exercer algumas funções por meio da administração direta ou de empresas estatais que realizam a exploração de atividades econômicas em diversos setores como transportes, combustíveis, comunicação, entretenimento, recursos hídricos, saúde e vigilância sanitária. O Estado deixou de ser o prestador de serviços e passou a atuar como agente, respondendo pela regulação, fiscalização e controle de setores específicos da economia.

As agências reguladoras são dotadas de poderes regulador e normativo, atuando no atendimento dos interesses da sociedade e zelando pelo equilíbrio econômico-financeiro das instituições e mercados regulados. A atuação das agências reguladoras é o que possibilita aos cidadãos, comércios, órgãos (administração direta e indireta) e indústria, na condição de usuários, exercerem seus direitos diante dos serviços e produtos oferecidos pelas organizações privadas e concessionárias. Além disso, as agências têm o papel de garantir a efetividade, responsabilização, agilidade e transparência no setor em que atua, bem como dos seus próprios atos.

No âmbito estadual, a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas (ARSAL) teve sua criação em 2001, atuando nas áreas de Energia Elétrica (Por meio do Convênio celebrado com a ANEEL), Gás Natural, Transporte Intermunicipal e Saneamento. Além das atividades supramencionadas, cabe a ARSAL também fornecer subsídios aos processos de reajustes, revisão e definição de tarifas para os serviços por ela regulados. Atua com estudos econômicos que servem de suporte ao desenvolvimento de suas atividades, bem como nas áreas jurídica, financeira e operacional, e anualmente contribui no cálculo do Índice de Participação dos Municípios Alagoanos – IPM, junto a SEFAZ – AL (Em relação ao transporte intermunicipal).

Neste contexto, reconhece-se a importância de uma sólida base técnica para profissionais do setor regulatório. É essencial que os agentes assegurem confiabilidade, qualidade e continuidade dos serviços, realizem análises econômico-financeiras e estabeleçam políticas tarifárias adequadas,

além de promover a equidade e universalização do acesso aos serviços. Tal responsabilidade demanda uma formação robusta e contínua, essencial para garantir a efetividade, eficiência e eficácia na atuação regulatória.

Sabendo que uma regulação de qualidade é de interesse público, por isso do governo e das instituições públicas, é necessário qualificar o quadro de colaboradores das agências para o exercício de suas funções, considerando que isso se dá num cenário de evoluções técnicas e tecnológicas, um volume crescente de dados e informações e mudanças conjunturais nos setores econômicos regulados. Além da execução de sua atividade fim, enquanto entidades públicas, as próprias agências necessitam de servidores devidamente capacitados para sua própria gestão, cumprindo com o dever da boa administração pública.

Além dos diversos avanços em regulação, a administração pública vem sofrendo mudanças significativas em seu modelo de gestão, nas últimas décadas. O novo modelo de gestão pública que surge com a *New Public Management* (NPM) e de governança pública - *New Public Governance* (NPG), têm avançado para modelos mais complexos de governança.

Com isso, profissionais de gestão que desempenham suas funções no setor público precisam estar atualizados sobre os avanços atuais dos modelos de gestão da administração pública para garantir o bom desempenho de suas funções profissionais.

Diante do exposto, a especialização em Regulação e Governança dos Serviços Públicos configura-se como um curso de pós-graduação *lato sensu* de modalidade presencial, ofertado em parceria entre a UFAL e a ARSAL, com o intuito de promover ações de qualificação dos funcionários atuantes nas diversas atividades relacionadas à regulação de serviços públicos no estado de Alagoas.

Identificação do Curso

Nome do Curso: Especialização em Regulação e Governança dos Serviços Públicos.

Título conferido: Especialista em Regulação e Governança dos Serviços Públicos.

Unidade de Vínculo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEAC

Modalidade: Presencial

*Em regime de excepcionalidade, poderão ser ofertadas até 03 disciplinas, desde que não ultrapassem 90h (25% da carga horária do curso) no formato telepresencial, com transmissão ao vivo e interação em tempo real. Essa modalidade será utilizada exclusivamente no caso de disciplinas ministradas por docentes externos à UFAL, quando não houver professores especialistas na disciplina e o professor convidado apresente notório saber, além de curso de mestrado ou doutorado.

Local: A ser definido pela Arsal (Possivelmente na Escola do Governo ou no auditório da Arsal)

Duração do curso: 12 meses

Número de vagas: 43 vagas (Sendo três vagas gratuitas, sem ônus para a Arsal, destinadas a egressos e/ou técnicos e professores da UFAL que atendam os requisitos para o ingresso).

Carga Horária: 420 horas

Turnos de Funcionamento: tarde e noite. As aulas ocorrerão quinzenalmente de forma presencial (ou telepresencial, em componentes específicos), às sextas-feiras, das 14h às 18h e das 19h às 22h, e aos sábados, das 08h às 13h.

Ano de início do curso: Previsão para o segundo semestre de 2024

Objetivo do curso

Desenvolver e aprimorar competências e habilidades dos servidores e colaboradores da Aarsal, que atuam na gestão e/ou áreas estratégicas, capacitando-os à aplicação dos conhecimentos adquiridos em suas práticas profissionais de forma a melhorar os serviços prestados e o processo de governança conduzindo à geração de valor público pela atividade regulatória.

Competências e Habilidades

A estrutura curricular do curso visa desenvolver:

- Competências e capacidade de reflexão crítica que conduz a aquisição de novos conhecimentos aplicados ao desenvolvimento da governança pública e à atividade regulatória, principalmente nas áreas de energia, gás natural, saneamento e transporte intermunicipal;
- Habilidades de análise, avaliação e monitoramento das atividades reguladas de forma a contribuir com a *accountability* no setor público;
- Capacidades de articulação e coordenação de processos internos, intergovernamental e em redes de cooperação, para estabelecer parcerias e engajar os *stakeholders*, gerando legitimidade e apoio aos projetos institucionais; e, estimular a criação de grupos de discussão e P&D no campo da regulação no estado de Alagoas.

“capacitando-os à aplicação dos conhecimentos adquiridos em suas práticas profissionais de forma a melhorar os serviços prestados e o processo de governança conduzindo à geração de valor público pela atividade regulatória.”

Perfil do egresso

O curso oferta uma formação geral e multidisciplinar, porque trata de aspectos administrativos, econômicos, contábeis e jurídicos do tema da regulação, sem deixar de voltar-se para questões específicas. Tais assuntos serão tratados por meio de conteúdos teóricos e práticos relacionados aos problemas e desafios do contexto nacional e local, ao mesmo tempo, exercitando o conhecimento adquirido.

A formação oferecida pelo curso visa desenvolver as capacidades gerenciais dos profissionais por meio de experiências de aprendizagem e troca de ideias que aprimorem sua capacidade analítica e de decisão aplicadas à sua realidade profissional.

Dentre as competências a desenvolver, enfatizam-se o conhecimento das políticas públicas, da governança e transparência, dos aspectos econômicos e concorrenciais, do planejamento contábil e

orçamentário, do arcabouço jurídico, da avaliação do impacto regulatório e da gestão dos contratos e convênios. Em termos técnicos, os discentes terão obtido competências para tomar decisões e criar soluções para os problemas do seu cotidiano profissional, obtendo preparação inclusive para posições de alta direção em quaisquer organizações do contexto da regulação.

Ao concluir, os profissionais egressos deverão estar capacitados para:

1. Compreender conceitos básicos de gestão e da regulação estatal;
2. Alinhar conhecimentos técnicos e atividades práticas das instituições regulatórias e propor melhorias;
3. Assessorar na concepção, implementação e avaliação de uma política pública de regulação, assim como na outorga e gestão contratual;
4. Demonstrar habilidade de diagnóstico, elaboração de alternativas e implementação de soluções para situações organizacionais de planejamento e governança relacionadas à regulação;
5. Identificar, comparar e aplicar, se possível, melhores práticas regulatórias; e
6. Identificar riscos na atuação de instituições regulatórias e propor soluções preventivas ou não; e
7. Promover a capacidade de busca constante da qualidade regulatória.

Requisitos para ingresso

Os requisitos para ingresso no curso são:

- Ter diploma de graduação em curso superior reconhecido pelo MEC;
- Pertencer ao público-alvo do curso (Servidores da Aarsal e/ou de interesse da mesma ou da UFAL) ;
- Apresentar os documentos solicitados para efetivação da matrícula:
 - Cópia do Histórico Escolar;
 - Cópia da Carteira de Identidade (ou CNH) e do CPF;
 - Comprovante de residência;
 - Comprovante de exercício de atividade na Aarsal/AL, como servidor(a) efetivo(a) ou não; ou documento de indicação do candidato da Aarsal/AL ou da UFAL para realização do Curso;
 - Carta de Intenções (conforme critérios estabelecidos no edital de seleção);
 - *Curriculum Vitae* ou *Lattes*;
 - Todo o Processo Seletivo será realizado pela coordenação do curso, através do SIGAA.

Metodologias de Ensino e Aprendizagem

O curso será estruturado com base em metodologias ativas de ensino e aprendizagem, que promovem a participação ativa dos estudantes no processo de construção do conhecimento. Os professores têm autonomia para escolher as metodologias a serem utilizadas, desde que estejam alinhadas à proposta do curso. As atividades docentes deverão ser desenvolvidas com base nas seguintes metodologias, ou outras que venham a ser desenvolvidas com o objetivo de envolver os alunos:

1. Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL)

Objetivo: desenvolver habilidades de resolução de problemas reais relacionados à governança pública e à atividade regulatória;

Descrição: apresentação de problemas complexos e reais, fornecidos pela Aرسال, nas áreas de energia, gás natural, saneamento e transporte intermunicipal. Trabalhando em grupos, os estudantes investigarão os problemas, identificarão as necessidades de aprendizado, buscarão informações e proporão soluções fundamentadas; e

Aplicação: cada módulo do curso incluirá um ou mais problemas, que serão discutidos em sessões interativas e facilitadas por professores.

2. Estudos de Caso

Objetivo: aplicar teorias e conceitos a situações reais, promovendo a reflexão crítica e a tomada de decisões informadas;

Descrição: utilização de estudos de casos reais, fornecidos pela Aرسال, que abordarão desafios e soluções em contextos regulatórios específicos.; e

Aplicação: Os casos serão discutidos em sala de aula, com apresentações e debates conduzidos pelos alunos, seguidos de feedback detalhado dos professores e profissionais da Aرسال.

3. Seminários e Workshops

Objetivo: Facilitar a troca de conhecimentos e o desenvolvimento de competências específicas;

Descrição: realização de seminários e workshops com especialistas e profissionais atuantes na área de regulação, proporcionando uma visão prática e atualizada das questões discutidas; e

Aplicação: Os alunos participarão ativamente, preparando questões, moderando sessões e apresentando resumos dos tópicos discutidos.

4. Projetos Colaborativos

Objetivo: Desenvolver capacidades de articulação, coordenação e engajamento de *stakeholders*;

Descrição: trabalhos em projetos colaborativos que envolvem a criação de parcerias e redes de cooperação. Esses projetos serão orientados para o desenvolvimento de soluções inovadoras em regulação e governança pública; e

Aplicação: Os projetos serão desenvolvidos ao longo do curso, com apresentação final para uma banca composta por professores e representantes da Aرسال.

5. Outras metodologias de ensino, em consonância com esse projeto de curso .

Sigilo e Confidencialidade

Objetivo: Garantir a proteção e a confidencialidade dos dados e informações sensíveis utilizados nos estudos de caso fornecidos pela Aرسال.

Medidas de Segurança:

- todos os alunos e professores envolvidos deverão assinar um termo de confidencialidade antes de acessar os estudos de caso;
- os documentos e relatórios produzidos deverão ser armazenados em locais seguros, com acesso restrito; e
- discussões e apresentações relacionadas aos estudos de caso deverão ser realizadas em ambientes controlados, garantindo que informações sensíveis não sejam divulgadas inadvertidamente.

Previsão de Trabalhos Discentes

- 1. Relatórios de PBL e Estudos de Caso** - Relatórios detalhados das atividades de PBL e estudos de caso, incluindo a descrição dos problemas, análise de dados, soluções propostas e reflexões críticas;
- 2. Artigos Acadêmicos** - Redação de artigos acadêmicos sobre temas específicos discutidos nas disciplinas, com base em pesquisas bibliográficas e dados empíricos;
- 3. Apresentações Orais** - Apresentações orais dos resultados dos estudos de caso, projetos colaborativos e artigos acadêmicos;
- 4. Participação em Seminários e Workshops** - Relatórios de participação e reflexões sobre os seminários e workshops realizados, destacando aprendizados e aplicações práticas; e
- 5. Outras formas de avaliação conforme indicação do professor, em consonância com esse projeto de curso.**

Aprovação nas Disciplinas

Serão considerados (as) aprovados (as) nas disciplinas ou atividades do curso os (as) discentes que tiverem frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista em cada disciplina, além de aproveitamento aferido em processo formal de avaliação.

A verificação do aproveitamento nas disciplinas será feita por meio de produção acadêmica compatível com a natureza da disciplina, integrando sempre registros escritos das atividades, conforme o disposto no plano de trabalho aprovado pelo Colegiado do curso.

O sistema de avaliação de desempenho por disciplina será o de conceito, expresso por letras, observada a seguinte equivalência de rendimento relativo:

Tabela 1 – Avaliação de desempenho por disciplina

Conceito	Rendimento Relativo	Letra
Excelente	de 90% a 100%	A
Bom	de 80% a 89%	B
Regular	70% a 79%	C
Insuficiente	Inferior a 70%	D

Fonte: RESOLUÇÃO Nº 106/2022-CONSUNI/UFAL, de 22 de novembro de 2022.

OBSERVAÇÃO: Não será permitido o aproveitamento de disciplinas, conforme decisão do colegiado do curso. Essa decisão foi tomada levando em consideração que o curso não será ofertado de forma contínua, mas sim destinado a atender uma demanda específica. Dessa forma, todos os alunos devem participar integralmente das atividades propostas, sem possibilidade de equivalência com outras disciplinas ou validação de créditos prévios.

Avaliação Formativa e Somativa

1. Avaliação Formativa

Objetivo: monitorar o progresso dos alunos e fornecer feedback contínuo para orientar o aprendizado.

Instrumentos:

- participação em atividades de PBL e estudos de caso;
- contribuições em seminários e workshops; e
- qualidade dos relatórios e apresentações.

2. Avaliação Somativa

Objetivo: Avaliar o desempenho final dos alunos com base em critérios preestabelecidos.

Instrumentos:

- notas dos relatórios de PBL e estudos de caso;
- avaliação dos artigos acadêmicos;
- desempenho nas apresentações orais; e
- avaliação dos projetos colaborativos.

Dos Afastamentos e Licenças

Serão permitidos exercícios para compensação de faltas e atividades teóricas aos alunos que apresentarem licença médica e/ou maternidade, concedida através da junta médica da UFAL e encaminhada à coordenação do curso no prazo correspondente à disciplina.

Devido à especificidade do curso lato sensu, que tem um período de duração máximo de um ano e não são cursos ofertados de forma permanente, a licença maternidade e saúde não poderão exceder o período de realização do curso. Deferidas as licenças, os professores das disciplinas em que houve faltas atribuirão atividades e exercícios domiciliares a serem feitos pelo aluno, cabendo à coordenação do curso designar o período de entrega.

As atividades práticas ocorridas no período da licença deverão ser repostas na sua integralidade, em período determinado pelo colegiado do curso.

A concessão das licenças maternidade e saúde não exime o aluno do cumprimento das atividades acadêmicas e aproveitamento pedagógico.

Só serão aceitas licenças concedidas pela junta médica da UFAL.

Certificado

Para obtenção da certificação de conclusão do curso, o discente deverá cumprir os seguintes requisitos mínimos:

- Conceitos A, B ou C em cada uma das disciplinas e atividades práticas do curso;
- Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária de cada disciplina;
- Avaliação satisfatória de desempenho em todas as disciplinas, com obtenção de nota mínima 7,0 (sete) pontos;
- Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso, com nota mínima 7,0 (sete) pontos.

Mesmo que o aluno alcance 75% de frequência obrigatória no curso, só será considerado aprovado e com direito a receber certificado o aluno que tiver cursado todas as disciplinas com aproveitamento.

Coordenação e colegiado do curso

A gestão do curso será realizada por um Coordenador e um vice coordenador, pertencentes ao quadro docente da FEAC e que possuam, no mínimo, titulação de mestre.

O curso contará com um Colegiado, responsável pela supervisão das atividades didáticas, pelo acompanhamento do desempenho docente e pela deliberação de assuntos referentes aos discentes do curso. O colegiado do curso de pós-graduação *lato sensu* será constituído por 6 (seis), membros titulares:

- I. O coordenador do curso como presidente;
- II. 3 (três) representantes do corpo docente do curso;
- III. 01 (um) representante do corpo discente regularmente matriculado no curso;
- IV. 01 (um) representante do corpo técnico-administrativo.

§ 1º. Os representantes dos docentes e seus suplentes deverão ser servidores efetivos da instituição escolhidos por seus pares em reunião do corpo docente do curso.

§ 2º. Os representantes dos discentes e seus suplentes serão eleitos por seus pares em reunião convocada, previamente para esse fim.

§ 3º O representante do corpo técnico-administrativo e seu suplente serão escolhidos dentre os Técnicos da Unidade Acadêmica.

§ 4º. O mandato de todos os membros será de dois anos ou até enquanto durar o curso.

O colegiado será presidido pelo coordenador do curso. Parágrafo único. Nas reuniões de colegiado, o coordenador de curso deverá ser substituído, em suas faltas ou impedimentos eventuais, pelo vice-coordenador.

Infraestrutura

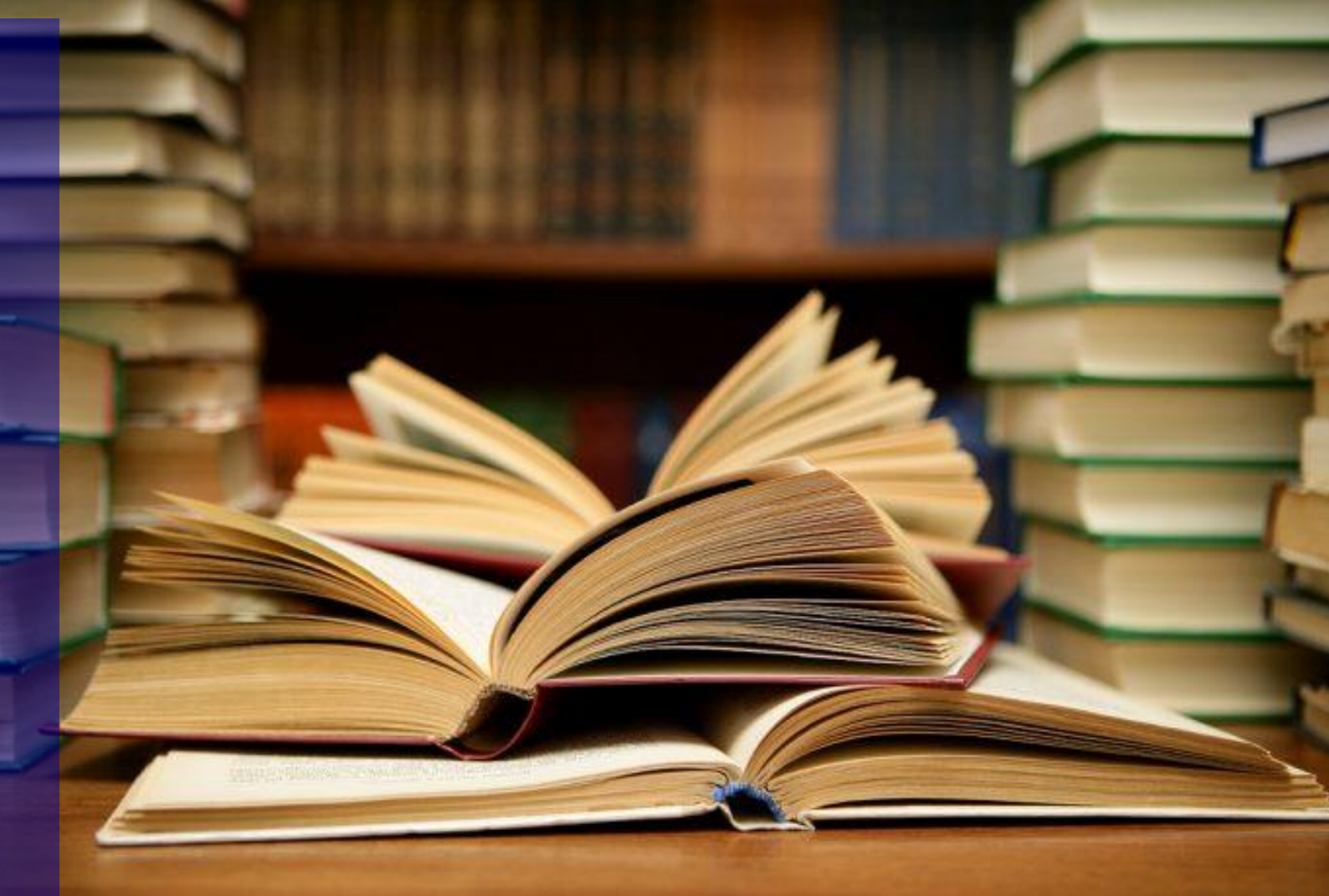
A UFAL conta com uma Biblioteca Central cujas instalações incluem um auditório, sala individual para estudos e sala coletiva para consultas. A Biblioteca contempla os respectivos serviços: Consulta local aos acervos, Catálogo on-line, Empréstimo domiciliar, Empréstimo entre bibliotecas, Renovação e reserva on-line, Emissão de nada consta, Conteúdos digitais, Treinamento em bases de dados científicas, Levantamento bibliográfico, Comutação bibliográfica – COMUT, Orientação técnica para trabalhos (de acordo com ABNT), Catalogação na fonte (elaboração de ficha catalográfica), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, Repositório Institucional – RI, Visita, Reserva de espaços para eventos, Espaço para jogos (xadrez e damas), Centro de Inclusão Digital – CID e Fotocópias. O acervo relacionado especificamente às disciplinas do curso de Administração e Administração Pública é de 18.468, contando títulos, exemplares e materiais adicionais.

O curso contará com todas as facilidades de acesso à informação propiciada pela UFAL seja no acervo físico ou eletrônico. Para acesso a informações online estarão disponíveis os portais oferecidos pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alagoas – SIBI/UFAL, com consulta, reserva e renovação de itens do acervo físico, com conexões para a base de teses e dissertações da instituição, acesso a *e-books*, além de indicações para as bases de dados nacionais e internacionais. Além do Banco de Periódicos da CAPES, as demais bases citadas apresentam outros títulos relacionados direta ou indiretamente com a área de concentração do curso.

A Aarsal se responsabiliza por toda a infraestrutura do curso, incluindo a sala de aula equipada com *Datashow* e equipamentos necessários para que as aulas possam ser realizadas. Todo o material será

enviado por e-mail aos discentes do curso. A UFAL é responsável pela gestão acadêmica do curso, incluindo os professores que ministrarão as disciplinas e os orientadores dos TCCs.

Os alunos devem se inscrever e, posteriormente, realizar a matrícula, no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UFAL. Além disso, utilizarão a plataforma *Moodle* (Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA) para o recebimento de materiais didáticos e a realização de possíveis atividades acadêmicas.



Estrutura Curricular

Componentes curriculares e carga

Estrutura Curricular

A estrutura curricular do curso é composta **dois eixos de formação**: básico e especializado. No eixo básico são abordados conteúdos estruturantes como: Valor Público e Governança no Setor Público; Gestão de riscos e *compliance* no setor público e Metodologia Científica.

No eixo especializado são abordados conteúdos específicos que envolvem temas relacionados à regulação. É composto por disciplinas que discutem temas relacionados à Economia da Regulação e Defesa da Concorrência; Direito Administrativo Regulatório; Governança e Qualidade Regulatória; Regulação e Inovação; Análise do Impacto Regulatório (AIR) aplicado; e Análise do Resultado Regulatório (ARR) e Seminário Integrador.

As disciplinas que compõem a estrutura curricular do curso e suas respectivas cargas horárias estão descritas no Quadro adiante.

Matriz Curricular	
Disciplina	C.H.
Economia da Regulação e Defesa da Concorrência	30
Valor Público e Governança no Setor Público	30
Direito Administrativo Regulatório	30
Governança e Qualidade Regulatória	30
Metodologia Científica	30
Regulação e Inovação	30
Gestão de riscos e <i>compliance</i> no setor público	30
Análise do Impacto Regulatório (AIR) aplicado	30
Análise do Resultado Regulatório (ARR)	30
Tecnologias aplicadas ao sistema de regulação e dos regulados	30
Seminário integrador	60
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	60
Carga Horária Total	420

Obs.: o curso tem duração de 12 meses, durante os quais os alunos devem completar um total de 420 horas. A carga horária é distribuída da seguinte forma: 10 disciplinas temáticas com cada uma com 30 horas/aula, totalizando 300 horas; disciplina de Seminário Integrador com 60 horas e elaboração de TCCs supervisionados por professores, com 60 horas/aula, cada.

Matriz Curricular



Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso consiste na realização de pesquisa e elaboração de artigo científico, ou realização de **artigo técnico-tecnológico**, versando sobre temas abordados nas disciplinas do curso, observando-se as normas APA e as premissas do método científico.

O TCC terá a orientação de um(a) docente do Curso. A entrega final do TCC deverá ocorrer num prazo máximo de até 90 dias após o término das demais disciplinas do curso, **sendo possível prorrogação de até 30 dias, em casos excepcionais, a critério do colegiado do curso**. O trabalho será avaliado por uma banca examinadora composta pelo(a) orientador(a) e mais dois docentes do curso. A falta de entrega do TCC no prazo estabelecido implicará na imediata reprovação do aluno na disciplina de TCC e, consequentemente, impedirá a obtenção do título de especialista.

Cada TCC será avaliado por, no mínimo, dois membros, sendo um deles, obrigatoriamente, o orientador. O orientador poderá ser um professor do quadro do curso, do quadro da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC), ou, na ausência de orientador desses quadros, de outros cursos da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Adicionalmente, o avaliador também pode ser de outra instituição acadêmica, desde que tenha reconhecida competência técnica e não haja professor da área disponível no curso. Em todos os casos, exige-se, no mínimo, certificado de pós-graduação lato sensu na área relacionada ao curso.

Cada professor orientador poderá orientar, no máximo, quatro estudantes. Excepcionalmente, será permitido o acompanhamento de mais de quatro orientandos, desde que o professor aceite e seja o único disponível na área específica do TCC do(a) aluno(a).

As apresentações dos TCCs serão realizadas no formato de seminário (disciplina), com a presença, sempre que possível, dos orientadores.

Ementário e Bibliografia das Disciplinas

DISCIPLINA	Economia da Regulação e Defesa da Concorrência		
CÓDIGO	-----	CARGA HORÁRIA	30 h
EMENTA			
Princípios, evolução e arquitetura institucional da Regulação, Defesa da concorrência no Brasil e direito do consumidor. Economia da Regulação: Falhas de mercado, estruturas de mercado e poder de mercado; teorias da regulação. Instrumentos e modelos regulatórios - regulação pelo custo e regulação por incentivos. Defesa da Concorrência: a análise antitruste brasileira, atos e condutas de concentração; Programa de Leniência; adesão às diretrizes da OCDE. Princípios constitucionais e Código de Defesa do Consumidor. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Atuação dos Órgãos de Defesa do Consumidor e sua relação com o sistema regulatório.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
1. Princípios, Evolução e Arquitetura Institucional da Regulação • Introdução aos princípios da regulação. • Histórico e evolução da regulação no Brasil e no mundo. • Estrutura institucional da regulação e suas implicações. 2. Economia da Regulação • Falhas de mercado: causas e exemplos. • Estruturas de mercado e análise do poder de mercado. • Teorias da regulação: visão geral e aplicabilidade. • Instrumentos e modelos regulatórios: comparação entre regulação pelo custo e regulação por incentivos. • Tipos de regulação: contratual, discricionária, responsiva, por incentivo, por comparação. • Modelagem financeira das concessões. • Equilíbrio econômico-financeiro, fluxo de caixa e fluxo de caixa marginal. • Metodologias de revisão tarifária e definição das tarifas dos serviços regulados (Tarifa pelo preço teto, tarifa pelo teto de receita, Fator X e fator Q, tarifa pelo cost-plus, etc). • Formas de reequilíbrio econômico financeiro. 3. Defesa da Concorrência • A análise antitruste brasileira: fundamentos e marco legal. • Atos e condutas de concentração: análise e implicações. • Programa de Leniência: objetivos, funcionamento e impactos. • Adesão às diretrizes da OCDE: significado e consequências para o Brasil. 4. Relação entre Regulação, Defesa da Concorrência • Sinergias e conflitos entre regulação, defesa da concorrência e direito do consumidor. • Estudos de caso sobre a aplicação prática das teorias e legislação discutidas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			

AGUIAR, Marcílio Lucas; MARINHO, Manoel Nóbrega. Análise dos Ciclos de Revisões Tarifárias Periódicas Em Pernambuco. **Revista de Engenharia e Pesquisa Aplicada**, v. 4, n. 1, 2019. Disponível em: <http://revistas.poli.br/index.php/repa/article/view/587>. Acesso em: 30 abr. 2024.

ARAÚJO, Luiz Alberto. Direito antitruste: teoria e prática. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

BRASIL. CADE, Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Guia do Programa de Leniência Antitruste do CADE. Brasília: CADE, 2016. Disponível em: https://cdn.cade.gov.br/Portal/assuntos/programa-de-leniencia/Guia-doPrograma-de-Leniencia-do-Cade_Atualizacao-CGAA10.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. Guia para análise de atos de concentração horizontal. Brasília: CADE, 2016. Disponível em: <https://cdn.cade.gov.br/Portal/centrais-deconteudo/publicacoes/guias-do-cade/guia-para-analise-de-atos-deconcentracao-horizontal.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Política Nacional de Defesa da Concorrência e cria o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 nov. 2011.

COMISSÃO EUROPEIA. Orientações para a apreciação das concentrações não horizontais nos termos do Regulamento do Conselho relativo ao controle das concentrações de empresas. Jornal Oficial da União Europeia, 2004. Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52004XC0205\(02\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52004XC0205(02)&from=EN). Acesso em: 30 mar. 2024.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo brasileiro. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia (orgs.). Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. 12ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LIBERAL, Edilson Gonçalves. Fluxo de caixa marginal para reequilíbrios econômico-financeiros nas concessões públicas: considerações sobre o surgimento e atuação do controle externo. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 8, p. 12412-12426, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2540>. Acesso em: 30 abr. 2024.

OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Diretrizes para combater o conluio entre concorrentes em contratações públicas. Paris: OCDE Publishing, 2009. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/competition/44162082.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2024.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. Direito administrativo. 31. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HALE, R. L. Coercion and distribution in a supposedly noncoercive state. In: Political Science Quarterly, v. 38, p. 471, 1923.

KAPLOW, L.; SHAPIRO, C. Antitrust. Working Paper 12867. National Bureau of Economic Research, 2007. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w12867>. Acesso em: 30 mar. 2024.

RAGAZZO, C. E. J. A Regulação da Concorrência. In: GUERRA, S. (Org.). A regulação no Brasil: uma visão multidisciplinar. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE. Non-horizontal merger guidelines, 1984. Disponível em: <https://www.justice.gov/atr/page/file/1175141/download?splash=1>. Acesso em: 30 mar. 2024.

DISCIPLINA	Valor Público e Governança no Setor Público		
CÓDIGO	-----	CARGA HORÁRIA	30 h
EMENTA			
Valor público e sua geração por meio de instrumentos de gestão e desenvolvimento de políticas públicas. Governança Pública e avaliação da sua maturidade em instituições públicas. Governo Aberto e Governo Digital como instrumentos de geração de valor público. ESG no setor público.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			

1. Valor público: Definições conceituais. Geração de Valor. Pirâmide de Moore e seus avanços. Modelos de mensuração. Confiança no governo. Governo Aberto e Governo Digital.
2. Governança Pública: bases teóricas, pressupostos e Princípios da boa governança no setor público.
3. Perspectivas da OCDE sobre Governança Pública e Sustentabilidade.
4. Governança Social e Ambiental (ESG) no Setor Público: modelo de avaliação da maturidade da governança pública do TCU. Novo indicador desenvolvido pelo TCU para avaliar a governança no setor público – iESGo, que aprimorou o indicador de avaliação da governança IGG, incluindo a dimensão social e ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MOORE, M. H. Public value as the focus of strategy. *Australian Journal of Public Administration*, 53(3), 296-303, 1994.

VIEIRA, J. B.; BARRETO, R. T. D. S. Governança, gestão de riscos e integridade. Sociedade Brasileira de Administração Pública, 2019.

THORSTENSEN, V. (Coord.); ARIMA JR., M. K. (Org.). O Brasil e o Modelo de Governança da OCDE. EESP FGV, 2020..

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. International Framework: Good Governance in the Public Sector, 2014. Disponível em: [International Framework: Good Governance in the Public Sector | IFAC](#)

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Referencial Básico de Governança Organizacional para organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU, 2020. Disponível em: [Levantamento de governança | Portal TCU](#)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOORE, M. H. Criando valor público por meio de parcerias público-privadas, 2007.

LOPES, K. M. G.; LUCIANO, E. M.; MACADAR, M. A. Criando Valor Público em Serviços Digitais: uma proposta de conceito. *Gestão. Org*, 16(7), 207-221, 2018.

DISCIPLINA	Direito Administrativo Regulatório		
CÓDIGO	-----	CARGA HORÁRIA	30 h
EMENTA			
Introdução ao Direito Administrativo. Poderes e Deveres da Administração Pública. Organização Administrativa. Agentes Públicos. Licitações e Contratos administrativos como Instrumento de Direito Regulatório. Regulação de Serviços Públicos. Direitos Fundamentais do Consumidor. Mediação de Conflitos Regulatórios.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
1. Introdução ao Direito Administrativo • Conceito e objeto do Direito Administrativo • Fontes do Direito Administrativo 2. Poderes e Deveres da Administração Pública • Poder Vinculado e Poder Discricionário • Poder Hierárquico e Poder Regulamentar ou Normativo • Poder de Polícia 3. Organização Administrativa • Centralização e Descentralização • Administração Direta e Indireta (com ênfase em autarquias) 4. Agentes Públicos • Processo Administrativo • Controle da Administração Pública • Improbidade Administrativa 5. Licitações e Contratos administrativos como Instrumento de Direito Regulatório • Princípios das Licitações • Modalidades de Licitação • Contratos Administrativos • Concessão de Serviços Públicos e Parceria Público-Privadas • Legislação Aplicável a Estruturação Regulatória Brasileira e Reformas Recentes			

- Sistemática de Leilões Regulados
 - Tipos de Leilões: Ascendente, Descendente, Envelopes Fechados
 - Processo de Participação: Documentação, Garantias, Pré-qualificação
 - Critérios de Seleção: Preço, Capacidade Técnica, Viabilidade Financeira
- 6. Regulação de Serviços Públicos**
- Conceito e Classificação dos Serviços Públicos
 - Tarifas: Definição, Princípios e Mecanismos de Regulação Tarifária
 - Outorgas: Conceitos, Tipos e Processos de Outorga na Prestação de Serviços Públicos
 - Processo Sancionatório nas Agências Reguladoras
 - Introdução ao Processo Sancionatório: Compreensão do papel das agências reguladoras na fiscalização e aplicação de sanções.
 - Instrumentos de Fiscalização: Detalhamento dos métodos e ferramentas utilizados pelas agências para monitorar e avaliar o cumprimento das normas regulatórias.
 - Dosimetria Sancionatória: Discussão sobre como as penalidades são calculadas e aplicadas, com foco em promover a qualidade e o controle dos serviços regulados.
 - Impacto na Qualidade dos Serviços: Análise de como uma fiscalização efetiva e a aplicação adequada de sanções podem melhorar a qualidade dos serviços oferecidos ao público. Direito do Consumidor inserido na Economia da Regulação
- 7. Direitos Fundamentais do Consumidor**
- Regulação da Concorrência
 - Impactos da Defesa do Consumidor na Regulação de Mercados
- 8. Mediação de Conflitos Regulatórios**
- Introdução aos Conflitos no Âmbito da Regulação
 - Fundamentos e Princípios da Mediação de Conflitos
 - Aplicação da Mediação em Disputas Regulatórias

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 37. ed. São Paulo: Editora Gen, 2024.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 38. ed. São Paulo: Editora Gen, 2024.

ZOCKUN; Carolina Zancaner; MELLO, Celso Antônio Bandeira de; ZANCANER, Weida; ZOCKUN, Maurício. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Forum, 2024

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). Regulação Tarifária. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/regulacao-tarifaria>. Acesso em: 8 maio 2024.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). Brasília: DF. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 21.12.2023.

BRASIL. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 jun. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm. Acesso em: 8 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 11 de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF, 10 jun. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm#art193. Acesso em: 8 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm. Acesso em: 8 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 jun. 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm. Acesso em: 8 maio 2024.

BRASIL. Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997. Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº

8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências. Brasília, DF, 01 jul. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9469.htm. Acesso em: 8 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 fev. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm. Acesso em: 8 maio 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. 5ª Edição, Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência, 2023.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE). Página oficial. Disponível em: <http://www.cade.gov.br/>. Acesso em: 8 maio 2024.

DISCIPLINA	Governança e Qualidade Regulatória		
CÓDIGO	-----	CARGA HORÁRIA	30 h
EMENTA			
Introdução à Governança Regulatória. Estrutura das Instituições Reguladoras. Supervisão e Ciclo Regulatório. Estratégias de Qualidade Regulatória. Melhoria regulatória. Regulação Responsiva. Discussão e Análise de Outros Estudos de Caso Relevantes.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
1 Introdução à Governança Regulatória • Conceitos e Importância da Governança Regulatória • Política Regulatória: definições e objetivos • Arranjos Institucionais e Atores no Sistema Regulatório 2. Estrutura das Instituições Reguladoras • Tipos de Instituições Reguladoras: autoridades independentes • Agências Reguladoras: aspectos institucionais • Dilema da Delegação em Agências Reguladoras 3. Supervisão e Ciclo Regulatório • Fundamentos da Supervisão Regulatória • O Ciclo Regulatório Completo: planejamento, execução e monitoramento 4. Estratégias de Qualidade Regulatória • Planejamento • Promoção da Transparência e Participação Social • Monitoramento • Gestão do Estoque Regulatório • Simplificação Administrativa e Redução do Fardo Regulatório 5. Melhoria regulatória • Agenda de Melhoria Regulatória e Boas Práticas Internacionais • Evolução da Melhoria Regulatória no Brasil • Análise da Lei Geral das Agências Reguladoras e Lei de Liberdade Econômica • Discussão sobre o Decreto do Revisão (Decreto nº 10.139/2019) e o Decreto nº 10.411/2020- • Decreto da AIR. 6. Regulação Responsiva • Conceitos e Fundamentos da Regulação Responsiva • Aplicação da Regulação Responsiva: estudo de caso da ANAC - Transição da ANAC que passou de uma regulação por comando e controle, para a Regulação Responsiva 7. Discussão e Análise de Outros Estudos de Caso Relevantes			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ALBUQUERQUE, K.; LÓPEZ AZUMENDI, S. Estados ágeis na América Latina: a coordenação dentro do setor público como fator chave das estratégias de melhoria regulatória e o caso do Brasil. Caracas: CAF, 2022.			
BALDWIN, R.; CAVE, M.; LODGE, M. The Oxford Handbook of Regulation. United Kingdom: Oxford University Press, 2010. ISBN: 97801999560219. BALDWIN, R. Is better regulation smarter regulation? Public Law, Autumn, pp. 485-511, 2005. ISSN 0033-3565			
CORREA, P.; MELO, M.; MUELLER, B.; PEREIRA, C. Regulatory governance in Brazilian infrastructure industry. The Quarterly			

Review of Economics and Finance, 48(2), 2008, pp. 202-16.

FRANCO, Felipe Godoy. **Uma análise dos parâmetros para o tratamento de infrações nas agências reguladoras federais sob a ótica da regulação responsiva**. 2022. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/fffa6b02-02c6-4207-8dc5-edfd2a7856c2>. Acesso em: 18 maio. 2024 .

JORDANA, J.; LEVI-FAUR, D.; I MARÍN, X. F. The Global diffusion of regulatory agencies: channels of transfer and stages of diffusion. *Comparative Political Studies*, 44(10), pp. 1.343-1.369, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0010414011407466>. Acesso em: 12 abr. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KOOP, C.; LODGE, M. What is regulation? An interdisciplinary concept analysis. *Regulation and Governance*, 11(1), 2017, pp. 95-108, 2017.

LEVY, B.; SPILLER, P. T. The Institutional Foundations of regulatory commitment: a comparative analysis of telecommunications regulation. *Journal of Law, Economics, & Organization*, 10(2), pp. 201-246, 1994. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/764966>. Acesso em: 12 ago. 2022.

MAJONE, G. From the positive to the regulatory state: causes and consequences of changes in the mode of governance. *Journal of Public Policy*, 17(2), pp. 139-167, 1997.

MATTOS, C. A revolução regulatória na nova Lei das Agências. São Paulo: Editora Singular, 2021. [e-book] OECD, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Governance of regulator's practices: accountability, transparency and coordination. The governance of regulators*. Paris: OCDE Publishing, 2016. _____. *Regulatory reform in Brazil. OECD Reviews of regulatory reform*. Paris: OCDE Publishing, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/d81c15d7-en>. Acesso em: 12 ago. 2022.

RAGAZZO, C. E. J. Coordenação efetiva e sistematização: novas tendências da melhora da qualidade regulatória no Brasil. *REI, Revista de Estudos Institucionais*, [s.l.], v. 4, n. 2, pp. 513-536, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21783/rei.v4i2.304>. Acesso em: 12 ago. 2022.

RENDA, A. From Impact assessment to the policy cycle: drawing lessons from the EU's Better-Regulation Agenda. *SPP Technical Paper*, 9(33), October, 2016. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2871591>. Acesso em: 12 ago. 2022.

SILVA, ANTONIO JOSE E. A regulação responsiva nas atividades de fiscalização do transporte aéreo de passageiros no Brasil. **Revista Debates em Administração Pública-REDAP**, v. 4, n. 1, 2023. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/redap/article/view/7312>. Acesso em: 18 maio. 2024

WEGRICH, K. Which results? Better regulation and institutional politics. *European Journal of Risk Regulation*, 6(3), pp. 369-371, 2015. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24769559>. Acesso em: 12 ago. 2022.

DISCIPLINA	Metodologia Científica		
CÓDIGO	-----	CARGA HORÁRIA	30 h
EMENTA			
Introdução à Pesquisa Científica. Ética na pesquisa. Metodologia e delineamento da pesquisa científica. Tipo e classificação das Pesquisas. Técnicas de coleta de dados. Técnicas de tratamento de dados. Universo e Amostra. Estrutura do trabalho de conclusão de curso. Normas APA.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			

1. Introdução à Pesquisa Científica

- Definição de pesquisa e seus propósitos.
- Importância da pesquisa na produção de conhecimento.

2. Ética na Pesquisa

- Princípios éticos e responsabilidade na condução de estudos.
- Regulamentações e comitês de ética.
- Uso da inteligência artificial para auxílio à pesquisa

3. Elaboração de Projeto de Pesquisa

- Elementos fundamentais do projeto: Introdução: considerações iniciais, formulação do problema, objetivos, justificativa e formulação de hipóteses; Fundamentação Teórica; Resultados e Conclusão.

4. Procedimentos Metodológicos:

- Quanto ao objetivo: exploratória, descritiva, explicativa.
- Quanto ao procedimento: estudo de caso, levantamento ou *survey*, bibliográfica, documental, experimental, participante, pesquisa ação, etnografia.
- Quanto à abordagem: quantitativa, qualitativa e mista.

5. Coleta de Dados

- Instrumentos e técnicas de coleta: questionário, entrevista, grupos focais, análise de documentos, experimentos controlados, observação participante.
- Planejamento de amostras e populações.

6. Análise de Dados

- Interpretação dos Dados
- Apresentação de Resultados
- Técnicas de apresentação oral e visual.
- Comunicação efetiva de conclusões.
- Redação Científica
- Estrutura e normas de trabalhos acadêmicos (APA).
- Elaboração de relatórios e artigos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. (3a ed.) Porto Alegre: Artmed, 2010.

BEUREN, Ilse Maria Ilse. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. Editora Atlas SA, 2013.

MARCONI, M.de A; LAKATOS, E.M. Fundamentos de Metodologia Científica. 9 ed. Editora Atlas, 2021.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Publication manual of the American Psychological Association: The official guide to APA style (7th ed). American Psychological Association, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. Editora Atlas, 2002.

Da SILVA, A. C. R. Metodologia de pesquisa aplicada à contabilidade. 2 ed. Editora Atlas, 2006.

DISCIPLINA	Regulação e Inovação		
CÓDIGO	-----	CARGA HORÁRIA	30 h
EMENTA			
Noções de economia da inovação e de sistemas de inovação, com foco no papel da regulação e dos reguladores. Inovação regulatória: ferramentas, instrumentos e modelos. Sandbox Regulatório. ráticas inovadoras de regulação em diferentes setores. Oportunidades de inovação na ARSAL.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			

1. **Economia da inovação e de sistemas de inovação técnico-industrial**
 - Compreendendo a natureza da inovação e seus diferentes tipos (tecnológica, organizacional, incremental, radical).
 - Explorando as diversas formas de inovação em diferentes setores (produtos, serviços, processos).
 - Investigando as teorias que sustentam o papel da regulação na promoção da inovação (competição, flexibilidade, incentivos).
2. **Inovação regulatória**
 - Conceito de inovação regulatória e suas diferentes formas (ferramentas, instrumentos, modelos).
 - Discutindo exemplos concretos de inovação regulatória em diferentes setores.
 - Identificando os principais desafios que a regulação enfrenta em um contexto de rápida mudança tecnológica – fatores facilitadores e inibidores.
3. **Experiências internacionais e nacionais de inovação setorial induzida pela regulação**
 - Apreendendo com *cases* de sucesso de regulação e inovação em outros países.
 - Analisando exemplos de boas práticas no contexto brasileiro.
 - Analisando evidências empíricas sobre o impacto da regulação na inovação em diferentes setores.
4. **Sandbox Regulatório**
 - Definição, objetivos e benefícios do Sandbox Regulatório
 - Estudos de caso de sandboxes bem-sucedidos em setores como fintech, saúde e transporte
5. **Oportunidades de Inovação na ARSAL**
 - Mapeando as áreas com maior potencial para inovação na ARSAL.
 - Priorizando iniciativas de inovação com base em critérios estratégicos.
 - Definindo uma estratégia para fomentar a inovação na ARSAL.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BLIND, K. The Impact of Regulation on Innovation. NESTA Compendium of Evidence on Innovation Policy Intervention, pp. 1-39, January 2012. Disponível em: <http://www.innovation-policy.net/compendium/>. Acesso em: 30 mar. 2024.

CUNHA, B. Q. Governança Regulatória 2.0: explorando barreiras cognitivas e epistêmicas à inovação. Cadernos Enap. Brasília (publicado em 2023).

DE VRIES, H. et al. Innovation in the public sector: A systematic review and future research agenda. Public Administration, 94(1), pp. 146-166, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/padm.12209>. Acesso em: 30 mar. 2024.

MACEDO, M. M. Fundamentos das Políticas de inovação pelo lado da demanda no Brasil. In: RAUEN, A. T. (Ed.). Políticas de inovação pelo lado da demanda no Brasil, pp. 47-84). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/politicas_de_inovacao_cap02.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

MAZZUCATO, M.; PENNA, C. C. R. O sistema brasileiro de inovação: uma proposta de políticas “orientadas por missões”. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2016.

OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Regulatory Policy Outlook 2021. Paris: OECD Publishing, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BLACK, J.; LODGE, M.; THATCHER, M. (Eds.). Regulatory innovation: a comparative analysis. United Kingdom: Edward Elgar, 2005, cap. 1.

CARPENTER, D. Confidence games: how does regulation constitute markets? In: BALLEISEN, E. J.; MOSS, D. A. (Eds.). Government and markets: toward a new theory of regulation. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, pp. 164-190.

HAHN, R. W.; RENDA, A. Understanding Regulatory Innovation: The Political Economy of Removing Old Regulations Before Adding New Ones. Working Paper - Smith School of Enterprise and the Environment (Oxford University), August 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/ssrn.3022552>. Acesso em: 30 mar. 2024.

DISCIPLINA	Gestão de Riscos e <i>Compliance</i> no Setor Público		
CÓDIGO	-----	CARGA HORÁRIA	30 h
EMENTA			

Compliance e desenvolvimento de sistemas de integridade na Administração Pública. Contextualização dos regramentos legais para aplicação e prática nas áreas da administração pública, tendo como balizador o gerenciamento de riscos em diversas vertentes. Métodos de gerenciamento e controle de riscos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. **Compliance no Setor Público:**
 - Compliance no Mundo e no Brasil.
 - Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção) e normas relacionadas; Lei nº 13.303/16 (Lei das Estatais); Lei nº 14.133/21 (Lei das Licitações);
 - Convenção OCDE sobre Combate da Corrupção. Fundamentos.
 - Pilares do Compliance.
 - Etapas do *Compliance* e do Programa de Integridade.
2. **Fundamentos e Modelos de Gestão de Riscos:**
 - Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada (COSO II)
 - Gestão de Riscos – Princípios e Diretrizes (ISO 31000)
3. **Processo de Gestão de Riscos**
 - Comunicação e consulta
 - Estabelecimento do contexto
 - Identificação de riscos
 - Análise de riscos
 - Avaliação de riscos
 - Tratamento de riscos
 - Monitoramento e análise crítica
4. **Técnicas para Gestão de Riscos**
 - Priorização de processos, Brainstorming, Entrevistas, Delphi, Análise Preliminar de Perigos (APP)
 - Listas de verificação, Análise de causa raiz, Técnica “E se” estruturada (SWIFT)
 - Análise Bow Tie, Análise de Decisão por Multicritério (MCDA)
5. **Liderança para Risco**
 - Princípios, estrutura e processo de gestão de riscos
 - Papéis e responsabilidades
 - Três Linhas de Defesa
6. **Boas Práticas de Gestão de Riscos**
 - Por onde começar?
 - Grupo de trabalho, Estudos preliminares, Estratégia de implantação e definição de arquitetura, Política de gestão de riscos, Delegação e comprometimento, Processo de gestão de riscos, Implementação da gestão de riscos, Monitoramento e revisão
7. **Modelo de Avaliação**
 - Dimensão – Ambiente, Liderança, Políticas e Estratégias, Pessoas, Processos, Parcerias, Resultados.
 - Identificação e análise de riscos, Avaliação e resposta a riscos, Monitoramento e comunicação.
 - Determinação do nível de maturidade.
 - Avaliando os índices de maturidade da gestão de riscos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Referencial Básico de Gestão de Riscos, 2018. Disponível em: [Referencial Básico de Gestão de Riscos | Portal TCU](#)

VIEIRA, J. B.; BARRETO, R. T de S. Governança, gestão de riscos e integridade. Enap Escola Nacional de Administração Pública, 2019. Disponível em: [5 Livro Governança Gestão de Riscos e Integridade.pdf \(enap.gov.br\)](#)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *Compliance*, gestão e cultura corporativa. Cadernos FGV Projetos, 11 (28), 62-73, 2016. Disponível em: [cadernos compliance site update.pdf \(fgv.br\)](#).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. 10 Passos para a Boa Gestão de Riscos, 2018. Disponível em: [10 Passos para a Boa Gestão de Riscos | Portal TCU](#)

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Gestão de Riscos: Avaliação da Maturidade, 2018. Disponível em: [Gestão de Riscos: Avaliação da Maturidade | Portal TCU](#)

INTOSAI INTERNAL CONTROL STANDARDS SUBCOMMITTEE. Guidelines for Internal Control Standards for the Public Sector: Further Information on Entity Risk Management INTOSAI GOV 9130, 2007. Disponível em: [Endorsed as INTOSAI GOV 9130 | IFPP \(issai.org\)](#)

ABNT NBR ISO 31000. Gestão de Riscos: Princípios e Diretrizes, 2009. Disponível em: [Gestao_Risco_Principios_diretrizes_ABNT_NBR_ISO_3100-2009.pdf \(mcti.gov.br\)](#)

DISCIPLINA	Análise de Impacto Regulatório (AIR) aplicado		
CÓDIGO	-----	CARGA HORÁRIA	30 h
EMENTA			
Metodologias e ferramentas de análise de impacto regulatório - AIR. Etapas da AIR com atividades aplicadas: análise do problema público regulatório; mapeamento e análise das alternativas de ação; estratégia de implementação, monitoramento e fiscalização com base em evidências. Aplicações da AIR na ARSAL.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
1. AIR como processo de qualidade regulatória - Definições e dimensões da AIR. - Origem e difusão da AIR em países da OCDE e em economias em desenvolvimento. - AIR no Brasil: antecedentes e estágio atual - Decreto nº 10.411/2020. 2. Análise do problema regulatório (Fase 1 da AIR) - Descritores e evidências do problema, suas causas e consequências. - Análise dos atores afetados e interessados; - Definição dos objetivos desejados. 3. Mapeamento e análise das alternativas de ação (Fase 2 da AIR) - Mapeamento de stakeholders e atores afetados e interessados. - Análise dos impactos das alternativas: análise de custos, custo de oportunidade, custo benefício e análise de risco. - Identificação e seleção de opções. 4. Estratégia de implementação, monitoramento e fiscalização (Fase 3 da AIR) - Uso de abordagens qualitativas e quantitativas para comparação de alternativas regulatórias. - Importância da participação social e do uso de dados e evidências em AIR. - Relatório de AIR e métodos de avaliação da qualidade da AIR na ARSAL.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020. Regulamenta a análise de impacto regulatório, de que tratam o art. 5º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o art. 6º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10411.htm. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019. Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13848.htm#:~:text=42-,A%20Lei%20n%C2%BA%209.986%2C%20de%2018%20de%20julho%20de%202000,%2DPresidente%20ou%20Diretor%2DGeral. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Lei/L13874.htm. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade (SEAE). Guia para Elaboração de Análise de Impacto Regulatório (AIR). Brasília: Ministério da Economia, 2021. 58 p. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/reg/guias-emanuais/referencias-e-bibliografia-guia-air/guia-de-air_vfinal_150421.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil. Diretrizes gerais e guia orientativo para elaboração de Análise de Impacto Regulatório – AIR. Brasília: Presidência da República, 2018. 97 p. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-deconteudo/downloads/diretrizes-gerais-e-guia-orientativo_final_27-09-2018.pdf/view. Acesso em: 30 mar. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OECD .OECD Regulatory Policy Outlook 2021, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/38b0fdb1-en>, 2021.

Diversos. Guias de AIR das Agências: - Guia de AIR da Anvisa, 2019, v2; - Guia de AIR da ANAC, 2020; - Guia de AIR da ANTT, 2020;- Guia de AIR da Anatel, 2018.

DISCIPLINA	Análise do Resultado Regulatório (ARR)		
CÓDIGO	-----	CARGA HORÁRIA	30 h

EMENTA

Explorar os métodos e ferramentas utilizadas na ARR. Planejamento da ARR. Identificação e definição de indicadores de desempenho relevantes. Discussão sobre a coleta e análise de dados necessários para a ARR. Elaboração do Relatório de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR). Integração da ARR na Rotina Regulatória da ARsal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1. Compreensão dos princípios fundamentais**
 - Objetivos e benefícios para a governança regulatória
- 2. Relação entre AIR e ARR.**
 - Planejamento e construção e execução da agenda da ARR
 - Estratégias para a elaboração de um plano de avaliação eficaz
 - Finalidade, objetos e momento da realização da ARR.
 - Estratégias de coleta e análise de dados
- 3. Etapas do processo de ARR.**
 - Consulta, participação social e transparência na ARR.
 - Estrutura e conteúdos do relatório de ARR.
 - Mecanismos de feedback e melhoria contínua baseados nos resultados da ARR.
- 4. Discussão sobre desafios e melhores práticas na incorporação da ARR na rotina regulatória da ARSAL (aplicações).**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex-post, Volume 2. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-deconteudo/downloads/guiaexpost.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Economia (ME); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Guia orientativo para elaboração de avaliação do resultado regulatório. Brasília: ME/UERJ, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt->

br/assuntos/analise-de-impacto-regulatorio-aire-avaliacao-de-resultado-regulatorio-arr/o-que-e-arr/guiaarrverso5.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Economia. Coleta e tratamento de dados no âmbito do decreto de Análise de Impacto Regulatório – AIR. Recomendações para a Elaboração de Estratégias de Dados nas Unidades do Ministério da Economia. Brasília: Secretaria Executiva, Ministério da Economia, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/air/o-que-e-air/3.AIREstrategiadeColetaetratamentodeDados.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2024.

COGLIANESE, C. Measuring Regulatory Performance: evaluating the impact of regulation and regulatory policy. Expert Paper n. 1, 2012. Disponível em: https://www.oecd.org/gov/regulatory-policy/1_coglianesse%20web.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Ex- post assessment of regulation: practices and lessons from OCDE countries. Paris: OCDE Publishing, 2018.

OCDE. Reference guide on ex-post evaluation of competition agencies' enforcement decisions. Paris: OCDE Publishing, 2016. Disponível em: <https://www.OCDE.org/daf/competition/Ref-guide-expost-evaluation2016web.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL (SEPEC/SEAE - Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade do Ministério da Economia). Guia Orientativo para Elaboração de Avaliação de Resultado Regulatório – ARR (V5). Brasília: Ministério da Economia, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/cp-guia-arr>.

REINO UNIDO. Department for Business, Energy & Industrial Strategy. Producing post-implementation reviews (PIR): principles of best practice. Londres: Department for Business, Energy & Industrial Strategy, 2021. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/businessregulation-producing-post-implementation-reviews/producing-postimplementation-reviews-principles-of-best-practice>. Acesso em: 30 mar. 2024.

DISCIPLINA	Tecnologias aplicadas ao sistema de regulação e dos regulados		
CÓDIGO	-----	CARGA HORÁRIA	30 h
EMENTA			
Tecnologias emergentes na regulação; o uso de inteligência artificial e análise de dados na fiscalização e monitoramento; desafios éticos, legais e de segurança da informação relacionados à implementação dessas tecnologias; estratégias para garantir a conformidade regulatória em um ambiente tecnologicamente avançado; . LGPD e impactos no setor de regulação.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
1. Tecnologias Emergentes e sua Influência na Regulação			
- Impacto das tecnologias emergentes (IoT, Blockchain, Big Data, business intelligence etc.) na regulação - Casos de uso de tecnologias emergentes no contexto regulatório			
2. Inteligência Artificial e Análise de Dados na Fiscalização e Monitoramento			
- Aplicações de inteligência artificial na detecção de irregularidades - Análise de grandes volumes de dados para identificação de tendências e padrões - Uso de algoritmos pela Administração Pública			
3. Desafios Éticos, Legais e de Segurança da Informação na Implementação de Tecnologias no Sistema de Regulação			
- Questões éticas relacionadas à utilização de tecnologias de monitoramento - Aspectos legais e regulatórios a serem considerados na implementação de tecnologias - Medidas de segurança para proteção de dados sensíveis			
4. Estratégias para Garantir a Conformidade Regulatória em Ambientes Tecnologicamente Avançados			
- Desenvolvimento de políticas e diretrizes para garantir a conformidade regulatória - Implementação de mecanismos de auditoria e controle - Treinamento e capacitação de profissionais para lidar com tecnologias regulatórias avançadas			
5. LGPD e impactos no setor de regulação			
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709, de 14/08/2018.			
6. Regulação de Novas Tecnologias			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. **Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa digital**. São Paulo: Prentice Hall, 2022.

TURBAN, Efraim; VOLONINO, Linda. **Tecnologia da Informação para Gestão: Em Busca de um Melhor Desempenho Estratégico e Operacional**. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

O'BRIEN, James A. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da Internet**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. **Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Processamento de Dados (LGPD). Brasília, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

IBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RESENDE, Denis Alcides. **E-book Planejamento de Sistemas de Informação e Informática**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de Informações Gerenciais-Estratégicas-Táticas-Operacionais**. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DISCIPLINA	Seminário Integrador		
CÓDIGO	-----	CARGA HORÁRIA	60 h
EMENTA			
O Seminário Integrador de Apresentação de TCCs visa proporcionar aos alunos a oportunidade de apresentar e discutir seus Trabalhos de Conclusão de Curso tanto na metade quanto ao final do curso, promovendo a integração dos conhecimentos adquiridos, o desenvolvimento de habilidades de comunicação e a recepção de feedback construtivo de professores, especialistas e colegas. As apresentações serão divididas em duas sessões - intermediária e final - com foco na fundamentação teórica, metodologia, resultados preliminares e conclusivos. A avaliação será baseada em clareza, coerência, profundidade de análise, rigor metodológico, engajamento com o público e qualidade visual. Objetivos do Seminário - Promover a integração dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso; - Proporcionar um espaço para a apresentação e discussão dos TCCs em estágio intermediário e final; - Estimular o desenvolvimento de habilidades de comunicação e argumentação entre os alunos; - Facilitar o <i>feedback</i> construtivo entre colegas, professores e especialistas convidados; e - Avaliar o progresso dos alunos e identificar oportunidades de melhoria nos projetos.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
Estrutura do Seminário: o seminário será dividido em duas principais sessões ao longo do curso: 1. Sessão Intermediária - Data: ao final das disciplinas; - Objetivo: apresentação do progresso dos TCCs faltando em torno de 2 meses do término curso. Os alunos devem abordar a fundamentação teórica, metodologia e resultados preliminares; - Duração das Apresentações: 15 minutos por aluno, seguidos de 10 minutos para perguntas e <i>feedback</i>. 2. Sessão Final - Data: final do curso (a coordenação marcará a data após a sessão intermediária); - Objetivo: apresentação final dos TCCs, incluindo resultados completos, análise de dados, discussões e conclusões. - Duração das Apresentações: 15 minutos por aluno, seguidos de 15 minutos para perguntas e <i>feedback</i>. - Formato das Apresentações: o aluno deverá seguir o formato sugerido pela coordenação do curso. - Introdução: contextualização do tema e objetivos do estudo; - Revisão de Literatura: fundamentação teórica, incluindo estudos anteriores; - Metodologia: descrição detalhada dos métodos utilizados, de tudo o que foi feito para que o trabalho fosse realizado, incluindo, por exemplo, população e amostra, banco de dados, período da análise, testes realizados, como o trabalho foi delineado quanto ao objetivo, ao procedimento e à abordagem etc; - Resultados e discussão: apresentação dos dados coletados e análise final, interpretação dos resultados, implicações do estudo, inclusive, confrontando os resultados com estudos anteriores (sessão final); e - Conclusão: sumário dos principais achados e possíveis limitações e sugestões para pesquisas futuras.			

Crerérrios de Avaliaão - Os trabalhos serãõ avaliados com base nos seguintes crerérrios:

- Clareza e Objetividade: capacidade de transmitir as ideias de forma clara e objetiva;
- Coerência e Coesão: estrutura lógica e fluidez da apresentação;
- Profundidade de Análise: nível de detalhamento e compreensão do tema;
- Rigor Metodológico: adequação e precisão dos métodos utilizado;
- Engajamento com o Público: habilidade de responder perguntas e interagir com o público (na fase intermediária);
- Qualidade Visual: organização e estética dos slides e materiais visuais;
- *Feedback dos Professores*: avaliação detalhada com comentários específicos sobre os pontos fortes e áreas de melhoria.
- Participação nos trabalhos dos colegas com contribuições: discussão em grupo para troca de ideias e sugestões.

Preparação para o Seminário

- Revisões de Pares: encontros entre alunos para revisão mútua dos trabalhos antes das apresentações formais;
- Sessões de Mentoria: acompanhamento individualizado com orientadores para ajustes finais nos TCCs.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

As referências relacionadas ao estudo em questão.

Utilizar referências atuais (em torno de 5 anos), exceto quando forem clássicos;

Legislação atualizada (verificar se está em vigor);

Utilizar o Periódico Capes para ter mais acesso a revistas (*Web of Science, Scopus* etc.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. (3a ed.) Porto Alegre: Artmed, 2010.

BEUREN, Ilse Maria Ilse. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. Editora Atlas SA, 2013.

MARCONI, M.de A; LAKATOS, E.M. Fundamentos de Metodologia Científica. 9 ed. Editora Atlas, 2021.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Publication manual of the American Psychological Association: The official guide to APA style (7th ed). American Psychological Association, 2020.

Referências

Boud, D., & Feletti, G. (Eds.). (1997). *The Challenge of Problem-Based Learning*. Routledge.

Brasil. Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em 20 de jun de 2024.

Brookfield, S. D., & Preskill, S. (2005). *Discussion as a Way of Teaching: Tools and Techniques for Democratic Classrooms*. Jossey-Bass.

Buchanan, E. A., & Zimmer, M. (2018). *Internet Research Ethics*. The Stanford Encyclopedia of Philosophy.

Costa, J. P., & Almeida, L. R. (2021). Previsão de trabalhos discentes e sua relação com o desempenho acadêmico em cursos de contabilidade. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 18(2), 223-240.

Duarte, N. (2012). *HBR Guide to Persuasive Presentations*. Harvard Business Review Press.

Leal, E. A. (2020). *Métodos de Ensino em Contabilidade: Teoria e Estudos de Caso*. São Paulo: Saraiva.

Leal, E. A., & Miranda, G. A. (2020). Avaliação da aprendizagem em contabilidade: uma abordagem formativa e somativa. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 16(4), 278-293.

Leal, E. A., & Miranda, G. A. (2021). *Estudos de Caso em Contabilidade Gerencial*. São Paulo: Atlas.

Leal, E. A., & Miranda, G. A. (2021). Metodologias ativas no ensino de contabilidade: uma análise crítica das percepções dos discentes. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 15(3), 345-360.

Miranda, G. A., & Leal, E. A. (2022). Planejamento e previsão de atividades discentes: um estudo sobre a carga de trabalho em cursos de contabilidade. *Revista Universo Contábil*, 18(1), 102-118.

Miranda, G. A., & Leal, E. A. (2023). Sigilo e confidencialidade na prática contábil: desafios e estratégias. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 17(2), 210-225.

Miranda, G. A., Leal, E. A., & Almeida, J. P. (2022). *Casos Práticos em Auditoria Contábil*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Murray, R. (2013). *Writing for Academic Journals*. Open University Press.

Pereira, M. J., & Santos, V. F. (2022). Segurança da informação e confidencialidade no ambiente contábil: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 55(221), 112-130.

Silva, M. J., & Souza, R. F. (2020). Aprendizagem baseada em problemas no curso de Ciências Contábeis: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 52(219), 78-95.

Soares, A. C., & Lima, F. R. (2021). Critérios de avaliação e sua influência no desempenho dos alunos de Ciências Contábeis. *Revista Brasileira de Educação*, 26(3), e2603.

UFAL. Estatuto e Regimento Geral da UFAL. Maceió-AL, 2006. Disponível em: https://ufal.br/transparencia/institucional/Estatuto_Regimento_Ufal.pdf.

UFAL. Portaria GR No 90/2023 – CPS. Maceió-AL, 09 de março de 2023. Disponível em: <<https://ufal.br/servidor/capacitacao/documentos/legislacao/tabela-de-gratificacao-por-encargo-de-curso-concurso>>.

UFAL. Resolução Nº 106/2022-CONSUNI/UFAL. Maceió-AL, 22 de novembro de 2022. Atualiza e disciplina a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) no âmbito da UFAL. Disponível em: <<https://ufal.br/estudante/pos-graduacao/regulamento-lato-sensu-ufal.pdf>>.

Yin, R. K. (2018). *Case Study Research and Applications: Design and Methods*. SAGE Publications.